

# **FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO: A EXPERIENCIA NA UFSCar**

**Flávio Caetano da Silva**  
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
[flaviocaetano@ufscar.br](mailto:flaviocaetano@ufscar.br)

**Resumo:** Analisamos o curso de extensão ofertado aos Conselheiros Municipais de Educação através da parceria SEB/MEC/UFSCar/UNCME-SP em 2010, aberto aos municípios paulistas no âmbito inscritos no PAR em 2009. Iniciativa do MEC, para formar conselheiros do CME, o curso objetivou formar conselheiros em exercício com vistas aos processos de democratização da educação nos municípios. Focamos as ações do curso, seu alcance em termos da formação continuada e possíveis impactos sobre a educação nos municípios atendidos. Surpreenderam-nos as condições daqueles que dedicam-se à educação, voluntariamente e concluímos que tais ações merecem reflexão tanto das demandas sociais pela qualidade da educação e dos investimentos públicos para alcançá-las.

**Palavras-chave:** políticas públicas; financiamento da educação; CME.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Em meados de 2009 fomos consultados pela Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar acerca do interesse em ofertarmos um curso de extensão aos Conselheiros Municipais de Educação e, a partir daquele momento, iniciávamos uma trajetória que nos levaria a realizar uma ampla ação formativa cujo campo de trabalho adquiria as dimensões do Estado de São Paulo e seus 645 municípios. A iniciativa era da Secretaria de Educação Básica do MEC, aqui denominada adiante apenas de SEB/MEC e visava uma ação de formação em caráter de extensão universitária voltada aos CME's paulistas. Ao aceitar o desafio, realizamos esforços na direção de contatar representantes da UNCME-SP para estabelecimento de parceria com vistas à organização do curso.

A partir daí, uma série de ações foram desenvolvidas pela Coordenação Geral no sentido de implantar o curso e de que o mesmo atingisse seus objetivos: levar formação e reflexão a Conselheiros do CME espalhados pelo estado de São Paulo. No presente relato de experiência centraremos nosso esforço em explicitar as aprendizagens, os percalços e as conquistas sob a visão da coordenação geral do referido curso. Foram 15 meses de atividades que nos ensinaram muitas lições, aprendidas a partir de realidades amplamente distintas dos municípios envolvidos, com atores que se dedicam à educação, cada um a seu modo: professores universitários – nossos colegas de trabalho – pós-graduandos, profissionais de redes municipais de educação, suporte administrativo – secretaria – e técnico em informática numa ação que, certamente assinalou um grande esforço coletivo pela melhoria da educação no âmbito de nosso estado. Infelizmente, as obrigações acadêmicas atuais e outras previstas para 2011 nos impediram de assumir uma nova oferta do curso. Hoje sabemos que o amplo processo de democratização da educação e da escola em andamento conta com iniciativas muitas vezes assentadas em ações voluntárias

de educadores, de representantes da comunidade atendida pelas escolas e de servidores das Secretarias Municipais de Educação ou órgãos congêneres. O tempo despendido pelos conselheiros é precioso para o avanço da qualidade em educação, mas seu trabalho ainda é sumamente desconhecido e, por vezes, realizado sob fortes pressões contrárias. Eis aí o cenário que vamos desvendar aqui.

## CME – Um pouco de história

A democratização da sociedade, processo que vem se concretizando há pouco mais de duas décadas, depende de fatores que lhe são intrínsecos, como a organização de diversos setores sociais em movimentos consistentes, uma pauta de ações focadas na luta contra autoritarismos de toda ordem, historicamente consolidados, uma tessitura de forças que nem sempre convergem para as mesmas finalidades, enfim, toda uma sorte de variáveis e conjunturas que mobilizam agendas de pesquisadores desde muito tempo. Por outro lado, fatores extrínsecos também representam determinantes que não podem ser ignorados e dentre eles podemos citar, as relações internacionais, de comércio, de intercâmbio e migração de pessoas e de trabalhadores entre as nações, num cenário em que estas se veem às voltas com um novo modelo de Estado, cujo desenho vem sendo traçado desde meados da década de 1990 (Janela, 2001). Também devem ser lembradas as organizações internacionais que lutam por diferentes razões, ora alinhando países, ora fragmentando o cenário mundial num mosaico de nações quase isoladas, guerras de toda ordem, e, para não deixar passar em branco, as crises do próprio sistema capitalista que derrubam bolsas de valores em cadeia, que fazem emergir nações da derrocada financeira, entre outras tantas possibilidades. Por estas e outras razões, consideramos a democracia uma utopia. Uma utopia necessária, diga-se de passagem, mas, uma utopia.

## O curso da UFSCar: trajetória

Após realizarmos os contatos com o coordenador nacional do programa de fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, da SEB/MEC, José Roberto Ribeiro Junior e com a Coordenadora Geral de Sistemas, Magaly Liliane Chavez Campos, agendamos com a direção estadual da UNCME, uma reunião para estabelecimento da parceria UFSCar/UNCME-SP, bem como para divulgação e encaminhamentos pertinentes à implantação do curso. Fomos recebidos com satisfação pela diretoria da entidade e iniciamos os trabalhos de preparação do curso. Contando com a possibilidade de iniciarmos as atividades de formação em setembro de 2009, abrimos as inscrições em agosto, com a possibilidade de 800 vagas, objetivando abranger todos os Conselhos Municipais de Educação já em funcionamento. Também previmos garantir vagas aos municípios que, mesmo não tendo o CME instalado e em funcionamento e desejando fazê-lo, se dispusessem a inscrever alguém da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente. A primeira dificuldade se apresentou claramente: atingir, em tempo hábil todos os CME's do Estado de São Paulo, e interessá-los no curso. Não foi uma tarefa simples. O papel exercido pela UNCME-SP foi vital para que isso pudesse ser efetivado. Mesmo assim, as inscrições

foram chegando aos poucos. Como a segunda dificuldade se apresentou conjuntamente, ou seja, o atraso na criação do site para o curso no provedor do MEC e a efetiva liberação do crédito das verbas para que o curso pudesse ser realizado, mantivemos abertas as inscrições por três meses e em Outubro/2009, alcançamos cerca de 900 inscritos.

Alcançada a marca de 800 inscrições, decidimos garantir vaga para mais 80 conselheiros (10% do total), pensando nas sempre presentes evasões que os cursos sofrem. Assim, fechamos a lista principal com 880 inscritos e abrimos uma lista suplementar, de espera, para posteriores decisões. No total, nos chegaram pouco mais de 1000 inscrições. No entanto, a liberação do ambiente virtual de aprendizagem, no qual seria disponibilizado o conteúdo do curso, preparado pela equipe da Profa. Dra. Jane Bittencourt<sup>1</sup>, da UFSC, e das verbas pertinentes, continuavam a ser os principais entraves para que pudéssemos iniciar a formação. Essa dificuldade foi, ao final, um dos maiores entraves, pois todo o processo somente foi finalizado em janeiro de 2010, levando-nos a marcar o início do curso para 23 de fevereiro de 2010, ou seja, aproximadamente, 6 meses após o início das inscrições. O resultado foi percebido rapidamente: dentre as inscrições efetivamente cadastradas, para que pudessem, esses conselheiros realizar o curso: 300 nunca acessaram o ambiente, a despeito de todos os nossos esforços para que o fizessem. Com o tempo constatamos que, dentre esses, muitos já não estavam mais em seus respectivos mandatos no CME, uma das condições básicas para participar da formação em tela.

Esse fato nos surpreendeu deveras na implantação do curso, de tal forma que concluímos que o processo de inscrição não deve ser iniciado sem que as verbas e o ambiente, com o respectivo conteúdo do curso estejam disponíveis.

Em estudos realizados sobre a oferta de cursos em EaD aprendemos que a *presença* do estudante ou cursista, nomenclatura que adotamos para identificar os inscritos no curso da UFFSCar, só se efetiva se o mesmo entra no ambiente e realiza alguma atividade que fica nele registrada. Não há como estar presente, sem se manifestar, por razões óbvias. Isso nos levou a criar mecanismos e acordos para que todos os professores envolvidos nessa formação ficasse atentos aos sinais de demora ou inação dos cursistas. Estávamos nos deparando, aos poucos, com outra grande dificuldade do curso: a evasão. Ao longo de todo o trabalho de formação, notamos uma significativa e gradativa desistência dos cursistas, na medida em que não realizavam as postagens das atividades e ficavam pelo caminho. Por esta razão, decidimos manter no curso todos os inscritos, inclusive aqueles da lista de espera. Mesmo assim, a desistência de cursistas foi extremamente elevada para nossas expectativas. Ao final, após todos os esforços que empreendemos, conseguimos levar 242 cursistas à obtenção do certificado completo do curso e mais 96 cursistas a um certificado parcial, por não terem cumprido todas as atividades. O que nos fez refletir sobre todo o processo, pois não aceitamos uma evasão de, aproximadamente 75% dos inscritos na formação. Afora os problemas já apontados acima, consideramos importante também, destacar que a duração do curso pode ter sido responsável pela desistência de muitos dos inscritos. O curso tem 160h e esteve distribuído por 6 meses, ou seja, tendo sido iniciado em 23/02/2010, foi previsto para ser encerrado em 23/08/2010. No

entanto, seu efetivo encerramento, após diversas ponderações da coordenação e tentativas de permitir que alguns que tivessem se perdido pelo caminho voltassem ao curso, se deu somente em 04 de outubro de 2010.

Devemos assinalar que, mesmo dentre as vicissitudes vividas ao longo do período de preparação/implantação e mesmo durante a realização do curso, um fato nos deu grande impulso para empreitar a caminhada. Trata-se da pronta resposta que tivemos daqueles que selecionamos para atuar como professores-tutores virtuais do processo de formação.

Para compor a equipe de trabalho escolhemos seguir alguns critérios:

1. Professores do Departamento de Educação da UFSCar, da área de Política e Gestão e outros que estivessem interessados - DEd/UFSCar.
2. Representante da UNCME, para compor a coordenação do curso.
3. Professores de outros departamentos da UFSCar.
4. Profissionais da educação, em atividade junto a alguma Secretaria Municipal de Educação.
5. Professores da Educação Básica de rede pública.
6. Alunos do programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar – PPGE.

Assim, a equipe contou com: sete professores/professoras do DEd/UFSCar, três alunas do PPGE/UFSCar, uma professora do departamento de Educação Especial, que, além de ser conselheira municipal de educação no município de Ribeirão Preto, tem severa deficiência auditiva, o que abrilhantou o trabalho da equipe e, por fim, quatro profissionais de redes públicas de educação básica: uma professora especialista em educação especial, uma diretora do ensino fundamental, uma supervisora de ensino e uma professora em atividade junto a secretaria municipal. Desta equipe, somente uma aluna do PPGE não pode continuar por motivos particulares e foi desligada do grupo. A diversidade de formação e atuação foram as marcas dessa equipe.

Para compreender a abrangência da inserção desse grupo de profissionais no curso, destacamos os quatro eixos em torno do qual o mesmo está organizado:

- a)** inclusão educacional;
- b)** democratização da gestão educacional;
- c)** redefinição das políticas de financiamento;
- d)** formação e valorização dos profissionais da educação.

Uma pergunta nos acompanhou o tempo todo: por que os cursistas não se engajavam como nós desejávamos? Por que alguns que chegavam a fazer todas as atividades com excelente aproveitamento, a uma certa altura do curso, desapareciam e não mais acessavam o ambiente?

Não pudemos chegar a uma resposta consolidada por informações confiáveis, mas creio que chegamos bem perto: as condições de atuação dos conselheiros municipais de educação são, via de regra, muito precárias, pois além da requisição que o voluntariado impõe, há que se considerar as forças contrárias, os interesses envolvidos, em geral atravessados por vieses

político-partidários no campo do poder público. Em suma, nem sempre os CME's são bem vistos ou bem recebidos e a atuação dos seus membros chega a configurar uma saga épica em meio a tantas denegações e demandas sociais e políticas.

Vamos analisar os resultados obtidos no próximo tópico do presente texto.

## **Resultados obtidos**

### **a. Qualidade na participação dos cursistas**

Durante o percurso os cursistas mostraram-se, em sua grande maioria, interessados nas discussões realizadas, faltando-lhes, no entanto, estabelecer relações com a realidade vivenciada em seus municípios o que nos chamou a atenção, pois realizar as discussões a partir dos textos do curso, em diversas ocasiões, não provocou uma reflexão das condições vividas pelas escolas e dos segmentos representados pelos cursistas. A ruptura entre o pensado e o vivido parecia se consolidar a cada exercício de leitura o que foi nos chamando a atenção e nos levando a convidar os conselheiros e os professores do curso a buscar uma aproximação melhor entre os dois *mundos*.

Uma das hipóteses com as quais trabalhamos durante o curso ao que se refere a esse distanciamento entre as atividades e a realidade vivida pelos CME's é o fato de que a formação foi entendida, por diversos cursistas, como algo externo à sua rotina diária, como algo apenas a ser *aprendido*. Não pudemos verificar a veracidade dessa hipótese durante o curso e, hoje, após termos encerrado as atividades, restando apenas alguns problemas que ainda estão na pauta de nossas ações, podemos afirmar que diversos fatores contribuíram para esse fenômeno. Dentre eles podemos destacar: a tradicional separação entre o saber, o fazer e o pensar, deslocando-se para além desses pólos e alcançando a premência da reflexão sobre o saber-fazer e seus desdobramentos. Também podemos apontar para o fato de que diversos conselheiros estavam iniciando sua trajetória no CME e apresentaram receios de falar sobre algo que ainda estavam por compreender melhor.

Outra explicação refere-se ao fato de ocorrerem as já conhecidas distorções vividas no âmbito da educação à distância, como a ideia de que se pode deixar para “qualquer hora” sob o pressuposto de que é “mais fácil” estudar em casa, em qualquer tempo livre, desembocando em um certo descompromisso com a formação e, no momento de cumprir atividades e as exigências de um curso nesse formato, acaba por apresentar “o que é possível”. Quando isto acontece, muitos tendem a se justificar, dizendo que estão sobrecarregados e que a vida de professores, gestores educacionais e outros profissionais da educação é plena de compromissos e exigências descabidas. A despeito das reais dificuldades que a profissão docente e a educação nos impõe, o mito de que a educação à distância veio para “facilitar” a nossa vida, funciona como um pano de fundo, gerando algumas ciladas, das quais dificilmente saímos ilesos.

### **b. Atividades apresentadas**

As atividades realizadas ao longo dos 5 módulos do curso somaram 14 tarefas, dentre as quais, a maioria delas realizadas virtualmente e uma realizada com de forma presencial

em cidades-pólo previamente escolhidas pela coordenação com o apoio da UNCME. Nelas, uma característica foi logo percebida pelos professores e pela coordenação geral: a pequena dimensão dos textos postados no ambiente virtual de aprendizagem. Os textos eram, no geral, muito curtos, com poucas reflexões pessoais. Também identificamos a preocupação de haver relação com aspectos normativos da atuação dos conselheiros e do papel dos conselhos.

Ressaltamos, porém, que ficou evidente a tentativa de atender bem aos enunciados apresentados e o desejo de corrigir os textos apresentados após as devolutivas dos professores, o que nos pareceu bastante salutar, pois, o desejo de acertar e de aprender esteve presente o tempo todo em muitos dos participantes. Também aqui, pareceu-nos que o tempo que os conselheiros tiveram para realizar as tarefas do curso não foi muito grande, dado que muitos atuam na educação e, por conseguinte, levam trabalho para casa, o que é tradição em nossa profissão. Daí, deduzimos que em muitos momentos ao longo dos seis meses de curso, as tarefas que solicitamos concorreram com um sem-número de tarefas, na sua maioria, relacionadas ao trabalho de educadores, com seu tempo já escasso e prazos exígues. Mesmo assim, assinalamos o forte interesse em cumprir a qualquer custo, as atividades, ainda que realizando postagens atrasadas. Isso nos levou a refletir se a quantidade de tarefas não deveria ser menor. No entanto, a impressão de que poucas tarefas poderiam levar os cursistas a desinteressar-se pelo curso nos fez manter o número de trabalhos previamente combinados na equipe de coordenação em conjunto com os professores.

### c. Reflexão a partir da realidade dos municípios

O público do curso foi formado, majoritariamente, por representantes de municípios pequenos e médios. Isso equivale a dizer que foram poucos os municípios com mais de 300.000 habitantes que estiveram representados. Essa realidade não foi amplamente compreendida por nós da coordenação no início do curso e alguns percalços que vivenciamos poderiam ser evitados ou, ao menos, minimizados. Vamos destacar alguns exemplos.

Estiveram representados municípios de grande porte, como Sorocaba, Ribeirão Preto, Guarulhos, como população acima de 500 mil habitantes e outros de médio porte, tais como Piracicaba, Presidente Prudente, Rio Claro, São Carlos. Porém, devemos assinalar que a grande participação foi de municípios de até 50 mil habitante, já que estes, são a grande maioria no Estado de São Paulo<sup>1</sup>. São esses municípios que vamos priorizar na presente análise.

Nos municípios de pequeno porte e localizados a grandes distâncias dos grandes centros estão cerca de metade da população do estado, mas carecem de muitos recursos e nem sempre têm acesso aos bens e serviços que estão disponíveis aos grandes e médios centros urbanos.

Nesses municípios, constatamos que há programas federais de financiamento da educação pública em execução, como o PDDE, Rádio Escola, PAR, PDE-Escola entre tantos outros. Destes, alguns já analisados como o PDDE (Adrião, 2007). No entanto, em contato com

<sup>1</sup> Segundo informações colhidas no site: [http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/intro/cap2\\_intro.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/intro/cap2_intro.pdf), mais de 80% dos municípios paulistas tem até 50 mil habitantes.

técnicos da SEB/MEC e do FNDE, fomos informados de que as dificuldades são inúmeras, indo desde o preenchimento de formulário até a prestação de contas. Muitas vezes a equipe que atua na educação é extremamente exígua e as condições precárias. Em muitos desses municípios o CME não possui sede propria, não dispõe de secretaria ou pessoal de apoio, não conta com verbas públicas para o exercício do mandato dos conselheiros dentre tantos outros problemas que fomos identificando pelo caminho.

Por vezes fomos surpreendidos por respostas às atividades dando-nos a clara impressão de que as condições disponíveis para a educação no município não possibilitavam a implantação de ações educacionais mais vigorosas, direcionadas para a solução de problemas, dificultando até mesmo responder ao que havia sido solicitado.

Em suma, há muito por fazer pela educação pública ainda em nosso estado, considerando que a visibilidade dada aos grandes centros, às enormes construções, e a tudo o que cerca as metrópoles, joga subrepticiamente, na obscuridade um grande número de cidades pequenas que não dispõem, por vezes, de recursos próprios. Em outro trabalho, que está no prelo, já apontamos que muitos municípios brasileiros não existiriam sem os repasses da União, gerando uma malha urbana extremamente complexa por razões políticas que não vamos declinar neste texto.

#### **d. Captura do processo de democratização e suas fraturas**

O processo de democratização da educação e da escola esbarra nas tradições autoritárias que herdamos de décadas passadas. A própria história dos conselhos educacionais, no Brasil no indica isso. O caráter de “agencia” de órgão público cuja contribuição se limitava ao mero acompanhamento da educação ou restrito ao caráter consultivo, fez dos conselhos apêndices do poder público. Somente a partir dos anos 1990 para cá é que, tanto na legislação quanto nas práticas sociais, os conselhos começam a emergir como uma esperança bastante significativa de democratização da educação e da escola pública. O que notamos durante todo o curso de formação dos conselheiros, no estado de São Paulo, é que ainda há muitos municípios que agenciam a ação dos CME ou os deixam à margem do processo decisório.

Apesar desse quadro estar visível em nosso estado, assinalamos que o processo de democratização existe, mostra claros sinais de vigor e segue adiante, a despeito das forças contrárias. E o afirmamos pelo fato de que uma mudança significativa é inegável que foi alcançada: todos defendem a democratização da sociedade e de suas instituições. A mudança da mentalidade, o deslocamento das justificativas autoritárias e a defesa pública que vemos por todos os lados da democracia, embora ela ainda seja vista como algo homogêneo, distorcendo-lhe os sentidos que foram constituídos historicamente, nos permitem vislumbrar um futuro melhor para a educação e para a sociedade.

Podemos afirmá-lo também pelo fato de que ao longo do curso diversas ações democratizantes foram aparecendo e nos surpreendendo. Dentre elas destacamos o fato de que inúmeros CME's indicam o caráter fiscalizador dos recursos públicos investidos na educação, cobrando do poder público municipal, transparecia e lisura no uso e no investimento em

educação. Também apontamos para o fato de que muitos afirmam que acompanham as ações das Secretarias de Educação do município, ou órgão equivalente, tomando decisões conjuntamente e alterando visivelmente a face da educação na cidade. Nesse sentido entendemos que em muitos lugares desse estado há ações que apontam para uma mudança nos rumos da educação e da política pública.

Afirmamos ainda, que os CME's estão cada vez mais ocupando o lugar junto ao centro decisório da educação municipal com a contrapartida da formação, não apenas dos estudantes, mas de seus familiares, cada vez mais conectados aos direitos sociais e cada vez mais aptos para cobrá-los frente ao poder público. Ao que parece, estamos superando séculos de desprezo a que as maiorias foram relegadas pelos centros do poder.

#### Considerações Finais

As aprendizagens que realizamos, durante a trajetória do curso de formação destinados aos conselheiros municipais de educação, patrocinado pela SEB/MEC/FNDE e ministrado sob os domínios da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, nos indicam que ações dessa natureza devem ser multiplicadas para que esse caminho de democratização da educação, da escola e do próprio exercício do poder público, seja consolidado e gere uma profunda mudança na cultura que nos abrange a todos.

Com algumas adaptações, com algumas mudanças significativas no formato da oferta desse curso, ele tem condições de gerar enormes transformações na face de nossas escolas, sobretudo nas públicas, com grande impacto social. Dentre as adaptações apontamos para um redimensionamento do tamanho do curso, fracionando-o em módulos menores para que, ao completar cada módulo, o cursista já tenha direito a certificação, consolidando, por etapas uma formação mais ampla, segundo suas possibilidades.

Destacamos, por fim, que um tema nos chamou mais atenção durante a realização desse curso. Refere-se ao Plano Municipal de Educação – PME. Tratado em um dos módulos do curso, nos mostrou que muito pouco se avançou na constituição dessa importante política pública de educação. As metas propostas em 2001, quando da elaboração do Plano Nacional de Educação, consolidado na Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001, ficaram bastante defasadas, uma vez que menos da metade dos municípios brasileiros conseguiu elaborar o seu PME. Embora possamos desconfiar de descaso por parte de inúmeros municípios frente a essa importante política de consolidação da educação, também pudemos notar o enorme esforço que muitos CME's e poder público municipal vem desenvolvendo para atender ao disposto na lei. Isso é fundamental para um país que se quer democrático. O caminho é este mesmo e muitos conselheiros despertaram para a necessidade de se empenhar para que em seu município esse plano seja estabelecido o quanto antes.

Por tudo o que apresentamos aqui, concluímos que a formação realizada obteve significativos sucessos, graças, sobretudo, ao empenho dos cursistas e da equipe que abraçou a ideia. Esperamos que o curso possa continuar e que novas modalidades de formação surjam no cenário político que se apresenta em 2011. Esperamos que a União seja cada vez mais instada a

ampliar seus investimentos na educação pública elevando os índices nacionais e transformando nossas esperanças e velhos sonhos em realidade.

#### Notas

1. União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação organizada no âmbito do Estado de São Paulo.
2. Parabenizamos a toda equipe da Profa. Jane Bittencourt da UFSC, pelo excelente material produzido para o curso.

#### REFERENCIAS

ADRIÃO, T. e PERONI, V. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. In: *Educação & Sociedade*, v.28, n.98 Campinas, jan./abr., 2007. Captura em 10/04/2009 pelo site: [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

AFONSO, A.J. Reforma do Estado e Políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. In: *Revista Educação & Sociedade*, v.22, nº 75, ago/2001. Captura em 31-08-2010 pelo site:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf>

Sites consultados:

[http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/intro/cap2\\_intro.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/atlasecon/intro/cap2_intro.pdf)